

## **HISTÓRIA E REPRESSÃO: fragmentos de uma memória oculta**

Maria do Amparo Alves de Carvalho<sup>1</sup>

O interesse por este objeto de investigação surgiu de nossa inquietação no sentido de compreender os aspectos políticos, sociais e ideológicos que marcaram a história brasileira e, mais especificamente, a história da cidade de Teresina quando da ascensão dos militares ao poder em 1964.

Nos propomos, então, reconstituir a memória dos sujeitos sociais que sofreram algum tipo de repressão por serem considerados “comunistas” ou suspeitos de atos “subversivos” pelos militares, que naquele momento estavam no poder. Além disso, pretendemos, também, compreender o impacto dos acontecimentos, que marcaram aquele período, na história de vida daqueles atores sociais. Enfim reconstruir a trama histórica dos sujeitos implicados nos acontecimentos vividos pela sociedade teresinense entre os anos de 1964 a 1970.

Ressaltamos que o recorte temporal deste trabalho se justifica em função daquele período ter sido marcado por uma crescente repressão dos militares aos grupos sociais organizados e apoiados por Dom Avelar<sup>2</sup>.

Buscamos analisar os impactos do governo militar sobre as organizações sociais em Teresina, a partir da memória dos sujeitos que integraram a Sindicalização Rural, o Movimento de Educação de Base (MEB), a Faculdade de Filosofia (FAFI) e a Ação Católica - Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC); destacando a postura da Igreja católica, representada por Dom Avelar, buscando compreender como o arcebispo procura exercer o que considerava um compromisso social e profético-pastoral na arquidiocese que administrava em meio àquelas transformações e conflitos. Tentaremos mostrar como a convivência entre a Igreja católica e o Estado foi permeada de tensões e contradições ideológicas, que se constituíram no

principal argumento para que os militares justificassem uma completa destruição daquelas organizações, que realizaram uma efetiva participação política e social.

O processo político que culminou com o golpe de 1964 precipitou o desmantelamento do aspecto nacionalista presente na política brasileira desde a década de vinte. Desencadeando um processo repressivo que se abateu sobre as organizações populares.

Maria Celina D'Araújo<sup>3</sup> acredita que os mecanismos e uso da força repressiva para combater as oposições não foram apanágio apenas dos governos militares, nem se constituíram em uma prática recente, pois o próprio governo Vargas usou excessivamente a repressão, a tortura, as prisões e o exílio contra os seus adversários políticos.

Otávio Ianni<sup>4</sup> aponta que a radicalização do poder político militar no pós-64 desencadeou um processo de cassação dos direitos políticos de técnicos, políticos, operários, intelectuais, militares e estudantis. Esse espírito contestador também é destacado por Reis<sup>5</sup>, para quem o contexto histórico internacional dos anos 60 foi permeado por várias "revoluções de libertação nacional" como, Cuba em 1959; Argélia, em 1962 e pela guerra antiimperialista, que se desenvolvia no Vietnã. Logo, o êxito dessas revoluções fomentou tal espírito dos anos 60.

Percebemos, então, que tais contestações não se restringiram apenas às organizações de esquerda, mas permearam a música popular, o cinema, o teatro, as artes plásticas e a literatura.

Reis<sup>6</sup> afirma que ocorreram inúmeras manifestações culturais no Brasil entre 1964 e 1968, onde os sonhos foram embalados pelos ideais da revolução. Os manifestantes, "[...] Cantavam em verso e prosa a esperada "revolução brasileira" – com base principalmente na ação das massas populares, em cujas lutas a intelectualidade de esquerda estaria organicamente engajada".<sup>7</sup>

Elizabeth Ferreira<sup>8</sup>, ao contextualizar os anos 60, também trabalha com essa perspectiva de um ideal revolucionário. Mudanças que tinham uma direção precisa, que foram vetadas pelo golpe militar de 64 e direcionada para outras aspirações. “[...] O que produz, entretanto, é uma alteração de trajetória que leva tanto a esquerda quanto o próprio regime à radicalização e a notórias conseqüências [...]”<sup>9</sup> Nesse processo, a esquerda enveredou pela luta armada enquanto o regime adotou o AI-5 radicalizando o controle à liberdade e aos direitos civis e políticos dos cidadãos.

Com a ascensão dos militares ao poder, o aparelho repressivo foi se aperfeiçoando com a imposição dos “atos institucionais”, cerceando a liberdade e os direitos políticos e civis dos cidadãos. Como nos lembra José Murilo de Carvalho<sup>10</sup>, “[...] Dado o golpe, os direitos civis e políticos foram duramente atingidos pelas medidas de repressão [...] Os instrumentos legais da repressão foram os atos institucionais editados pelos presidentes militares”.

Carvalho<sup>11</sup> afirma ainda a cassação aos direitos políticos atingiram desde senadores, deputados, vereadores, dirigentes sindicais, funcionários públicos e muitos professores universitários, pesquisadores, até mesmo alguns militares, que se opuseram ao golpe desde o mais alto escalão, foram afastados. Desmantelaram o movimento sindical e estudantil. Nesse contexto, a única instituição que conseguiu oferecer resistência ao governo militar, mesmo em meio a muitos conflitos, foi a Igreja Católica.

Em meio a toda essa efervescência política e cultural, a Igreja Católica, a partir dos anos 1950 a 1960, experimentou algumas transformações através do envolvimento de bispos, padres e religiosos com os segmentos marginalizados da sociedade, participando das lutas populares em todo o Brasil. No Piauí, esse espírito contestador esteve também presente, como tentaremos mostrar ao longo deste trabalho.

Esse momento se caracterizou por uma ampliação da consciência de considerável parcela da Igreja, a partir da opção pelo aspecto sócio-político, que representava, para

esses segmentos, um compromisso profético-pastoral da instituição eclesial, com o mecanismo de libertação dos oprimidos e injustiçados, sobretudo, no continente latino-americano no seu processo de desenvolvimento.

A CNBB, a partir da década de 1960, sobretudo depois das mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II, voltou seu olhar para a situação dos grupos marginalizados na sociedade, os tornando alvo de seu projeto evangelizador, na tentativa de reconstituir a sua dignidade.

As mudanças ocorridas na Igreja Católica do Piauí se fizeram sentir a partir da chegada de Dom Avelar, que passa a administrar a arquidiocese de Teresina em 1956.<sup>12</sup> Em 1964, a parcela da Igreja Católica, mais comprometida com as organizações sociais, começou a entrar em conflito com as ideologias do novo governo, que passou a identificá-la como “agentes do comunismo”, generalizando, assim, em todo o Brasil, as divergências ideológicas que marcaram profundamente as relações entre a Igreja e o Estado. Muitas lideranças sindicais, leigos, padres e freiras foram presos, torturados e mortos em todo o Brasil.

Reconstruir a memória coletiva desses agentes sociais, que vivenciaram a ascensão dos militares ao poder em 1964, é o nosso principal desafio nesta pesquisa. Pretendemos tecer uma narrativa dessas tensões entre a Igreja Católica e o Estado, na cidade de Teresina (1964-1970), a partir do olhar e da vivência daqueles sujeitos que estiveram envolvidos com os movimentos da sindicalização rural, do Movimento de Educação de Base, da Faculdade de Filosofia e dos movimentos da Ação Católica.

No percurso de reconstrução dessas histórias de vida, consideramos fundamentais as discussões em torno das relações entre História e Memória. Para Pierre Nora<sup>13</sup> “[...] a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]” enquanto, “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]”. Nos debruçar sobre a busca das memórias, das vivências é sintomático de um

tempo onde a memória está sendo constantemente ameaçada de desaparecer, daí porque nos empenhamos em reconstruir, problematizar e preservar os lugares de sua representação. Como nos lembra Le Goff<sup>14</sup> “Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. Dessa forma, o historiador desempenha na sociedade um papel singular, o de “impedir que a história seja somente história”<sup>15</sup>, daí a necessidade que a sociedade atual tem de construir os espaços representativos da memória, lugares que dizem de um tempo em que não há memória espontânea, razão porque alguns estudiosos da memória e da identidade afirmarem que muitas culturas têm necessidade de criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, vez que essas operações não são mais tão naturais.

Assim, trabalhar com as memórias de pessoas que vivenciaram momentos tão difíceis como os dos anos de 1964 a 1970, no Brasil e, especificamente, em Teresina, é de fundamental importância para compreendermos as múltiplas temporalidades e a relatividade dessas fontes e acontecimentos.

Lucília Neves, ao estudar os desafios da história oral, assinala o problema,

[...] da relação entre os múltiplos tempos, realidades, pois em uma entrevista ou depoimento fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente. Adulto que traz em si memórias de suas experiências e também memórias a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las. Fala-se em um tempo sobre um outro tempo. Enfim, registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações, em uma narrativa encontrada pelas emoções do ontem, renovadas ou avaliada pelas emoções do hoje.<sup>16</sup>

Neves reforça, ainda, que essas fontes “[...] não são a história em si, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória”.<sup>17</sup> Nessa perspectiva, percebemos em nossos depoentes as representações, as

marcas, as dores, os sonhos e as frustrações desse período, sentimentos que se mantêm vivos nas suas memórias e que o tempo não conseguiu apagar. Falaremos de tempo, de lugar e de espaço vivido, ocupado por aqueles atores sociais. O período de 1964-1970, o tempo individual, de estudante, de militante, de professor, de prisioneiro, de exilado, de injustiçado. Lugar e espaço que se coadunam e se fundem, que possuem significação: é a comunidade, a faculdade, o grupo, o movimento, a cidade Teresina. Para Ecléa Bosi<sup>18</sup>, “[...] o tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele”, dessa forma, percebemos, também, que cada pessoa e cada grupo vivem o tempo de forma diferente. Ao colher memórias de velhos em São Paulo, Bosi conclui que “[...] Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que pertencem como pontos de demarcação em sua história”<sup>19</sup>. Nesse sentido, a pesquisadora atribui à memória o estatuto de memória coletiva trabalhada por Halbwachs<sup>20</sup>, que considera a memória individual como parte integrante da memória coletiva.

Nessa perspectiva, o trabalho com a memória nos remete a lembranças individuais que foram urdidadas coletivamente e reconstruídas com o passar dos anos a partir das transformações do presente. É por isso que Ecléa Bosi<sup>21</sup> afirma,

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado [...].A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítido que nos pareça de um fato antigo, ele não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor.<sup>22</sup>

Dessa forma, compreendemos que a nossa memória não é apenas nossa, ela é um somatório de lembranças de várias pessoas que fizeram parte da nossa história. As lembranças são individuais, pois para cada pessoa fica aquilo que significa de

acontecimentos experimentados coletivamente. As lembranças do passado não permanecem inertes no tempo, mas elas vão se reconstruindo a partir das representações do presente. Podemos dizer que a memória é dinâmica, ela é recriada por novos acontecimentos ou por novas lembranças que são agregadas àquelas do passado que são reelaboradas pelas vivências do presente. Nesse sentido, passado e presente se fundem, se agregam, pois a memória não conhece passado, ela é sempre presente.

#### NOTAS:

---

<sup>1</sup> Mestranda em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí.

<sup>2</sup> Viveu de 1912 -1986. Exerceu o episcopado na Arquidiocese de Teresina de 1956 a 1970.

<sup>3</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>4</sup> IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 173.

<sup>5</sup> RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS, Daniel Aarão Fº, GASPARI, Elio (orgs). *Versões e Ficções: o seqüestro da história*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 13.

<sup>6</sup> ibidem. p. 15-17.

<sup>7</sup> ibidem. p. 16-17

<sup>8</sup> FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

<sup>9</sup> ibid. id.

<sup>10</sup> <sup>10</sup> CARVALHO. José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 164.

<sup>11</sup> ibid. id. p. 164.

<sup>12</sup> MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CAPAC, 1996, p. 87.

<sup>13</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História – História e Cultura*. PUC/SP, n 17, p. 9, 1998.

<sup>14</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. p.47.

<sup>15</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História – História e Cultura*. PUC/SP, nº 17, p. 9, 1998.

<sup>16</sup> NEVES, Lucília. Os desafios da história oral – ensaios metodológicos. In: *Cidade: história e memória*. PINHEIRO, Áurea da Paz; NASCIMENTO, Francisco Alcides do (orgs). Teresina: EDUFPI, 2004, p. 276-277.

<sup>17</sup> ibidem. p. 277.

<sup>18</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987, p. 448.

<sup>19</sup> ibid., id.

<sup>20</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>21</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p.57.

<sup>22</sup> ibidem. p. 57